



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 39/2017
Período: 28/10/2017 – 03/11/2017

GEDES – UNESP

- 1- Força Aérea Brasileira atuou no combate ao incêndio na Chapada dos Veadeiros
- 2- Avião da Força Aérea Brasileira foi utilizado em viagem de deputados ao exterior
- 3- Jungmann e colunista opinaram sobre a transferência para a Justiça Militar dos crimes praticados por militares contra civis
- 4- Reforço do Exército foi deslocado para o Amazonas após ataques a sedes de órgãos ambientais
- 5- Ministério da Defesa concluiu alterações no regulamento militar sobre o controle de armamentos
- 6- Com o fim da MINUSTAH, terá início a Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti
- 7- Cientista político comentou sobre os pedidos de intervenção militar
- 8- Ministério da Defesa e Agência Brasileira de Inteligência atuarão contra disseminação de notícias falsas durante eleições de 2018
- 9- Forças Armadas atingiram o topo do Índice de Confiança na Justiça
- 10- Ministério da Defesa afirmou que o satélite SGDC está sendo testado

1- Força Aérea Brasileira atuou no combate ao incêndio na Chapada dos Veadeiros
De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Força Aérea Brasileira (FAB) auxiliou no combate ao incêndio na Chapada dos Veadeiros, no estado de Goiás. Segundo o periódico, foi utilizado o avião Hércules C-130, equipado com o sistema Modular *Airborne Fire Fighting System* (MAFFS) com cinco tanques de água e dois tubos que se projetam pela porta traseira do avião, com capacidade de transportar até 12 mil litros de água. Os militares da FAB iniciaram a operação no dia 25/10/17 com quatro decolagens por dia para a área de preservação ambiental, cobrindo 500 metros de área por decolagem e lançando 6 mil litros de água. (*Correio Braziliense – Diversão e Arte – 28/10/17*)

2- Avião da Força Aérea Brasileira foi utilizado em viagem de deputados ao exterior
De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) foi utilizado por dez deputados federais, entre os quais está o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, acompanhado de sua esposa, em viagem a Israel, Palestina, Itália e Portugal. Nos dois primeiros destinos, a agenda dos parlamentares previu o encontro com representantes de empresas israelenses de segurança pública, com o primeiro ministro israelense, Binyamin Netanyahu, e com o presidente da Autoridade

Nacional Palestina, Mahmoud Abbas. Na Itália estava prevista a participação em cerimônia no “monumento votivo militar brasileiro”, voltado aos soldados brasileiros mortos em combate na Segunda Guerra Mundial, enquanto a passagem por Portugal previu o encontro com diplomatas brasileiros, a participação no 4º Seminário Internacional de Direito do Trabalho e um dia de agenda privada (Folha de S. Paulo – Poder – 28/10/17).

3- Jungmann e colunista opinaram sobre a transferência para a Justiça Militar dos crimes praticados por militares contra civis

Em colunas opinativas ao periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, e o professor e doutor em Direito, Luciano de Souza Godoy, comentaram sobre a aprovação da lei que transfere para a Justiça Militar os crimes dolosos praticados por militares contra a vida de civis durante operações de segurança pública. De acordo com o professor, a lei é inconstitucional e, com sua aprovação, o Brasil retornou em “algumas casas no tabuleiro da democracia, da igualdade e da pacificação social”, desenterrando “lembranças dos períodos mais duros da ditadura militar”. Godoy afirmou ainda que a falta de distinção entre os militares das Forças Armadas e os policiais militares também é problemática, sendo que o papel de garantir a segurança pública é da polícia militar, cabendo às forças castrenses a função de auxiliar. Segundo Godoy, a relação entre as Forças Armadas e a polícia militar deve ter regras que ofereçam “isonomia às forças policiais”. Em resposta a críticas à lei, Jungmann afirmou serem errôneas as alegações de inconstitucionalidade da mesma e as afirmações de que a norma cria um foro privilegiado para os militares. Segundo o ministro, a lei restringe o julgamento somente a crimes cometidos em atividade militar e prevê exceções que permitem que um militar seja julgado pelo Tribunal do Júri. Jungmann reafirmou ainda a competência e independência dos juízes da Justiça Militar. Por fim, o ministro da Defesa ressaltou que não há uma relação da lei com o regime militar (1964-1985) e que a transferência dos crimes de militares para a Justiça comum foi uma “flagrante injustiça”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 28/10/17)

4- Reforço do Exército foi deslocado para o Amazonas após ataques a sedes de órgãos ambientais

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, tropas do Exército foram deslocadas para a cidade de Humaitá, na região sul do estado do Amazonas, para reforçar a segurança após as sedes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) terem sido incendiadas no dia 27/10/17. O ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que foram deslocados fuzileiros navais para a região. Conforme os periódicos, os ataques aos escritórios dos órgãos ambientais foram uma retaliação à Operação Ouro Fino de combate ao garimpo no Rio Madeira, que banha os estados do Amazonas e de Rondônia, deflagrada no dia 24/10/17 por agentes do Exército, Marinha, Ibama, ICMBIO e Força Nacional de Segurança. O diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Luciano de Meneses Evaristo, afirmou que as operações para o combate ao garimpo retornarão e que o Ibama solicitará apoio das Forças Armadas para a continuidade das ações. Jungmann, por sua vez, afirmou que as operações retornaram com o apoio das Forças Armadas. De acordo com os periódicos, a Marinha também foi enviada para reforçar a segurança, conduzindo um pelotão de 30 fuzileiros e um navio-patrolha. Segundo a *Folha*, os garimpeiros tentaram invadir uma unidade das

Forças Armadas, a Agência Fluvial de Humaitá (AgHumaitá), mas foram contidos por militares da Marinha, do Exército e da Polícia Militar (PM). (Correio Braziliense – Brasil – 29/10/12; Correio Braziliense – Brasil– 30/10/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 29/10/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 30/10/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 30/10/17)

5- Ministério da Defesa concluiu alterações no regulamento militar sobre o controle de armamentos

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o Ministério da Defesa, após nove meses de estudos, concluiu o texto final de alterações no regulamento militar sobre o controle de armamentos. O documento final, contudo, ainda aguarda análise da Casa Civil para ser publicado. As modificações feitas pelo Ministério reforçam a Portaria 841, de 04/09/17, na qual a Casa Civil autorizou a empresa suíça Ruag Indústria e Comércio de Munições Ltda. a atuar no país. Segundo o regimento,, porém, os produtos finais devem ser produzidos no Brasil e a importação dos materiais utilizados na produção devem ser condicionados à autorização da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando Logístico do Exército. De acordo com o *Correio*, a iniciativa para a abertura do mercado para empresas estrangeiras partiu do próprio Exército e a Ruag é a primeira a obter autorização para entrar no Brasil. Os produtos autorizados a serem fabricados pela empresa são munições dos calibres 9x19 mm, .40 S&W e .380. (Correio Braziliense – Brasil – 29/10/17)

6- Com o fim da MINUSTAH, terá início a Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, com o fim da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), o futuro do país é incerto. O último comandante da missão, general Ajax Porto Pinheiro, afirmou que a missão conseguiu levar ao Haiti certa “estabilidade”, mas que o país “é como um vulcão adormecido que, a qualquer nova instabilidade política, ou mesmo um novo desastre natural, pode entrar outra vez em erupção”. Visando manter a estabilidade do país, terá início a Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça (MINUHUSTH), que tentará aprimorar a atuação judiciária do local. A porta-voz da MINUJUSTH, Sophie de la Combes, ressaltou a redução da criminalidade alcançada pela pacificação de áreas do Haiti pela MINUSTAH, que operou durante episódios de crise política e desastres naturais. (Correio Braziliense – Mundo – 30/10/17)

7- Cientista político comentou sobre os pedidos de intervenção militar

Em coluna opinativa ao *Correio Braziliense*, o cientista político Eliézer Rizzo de Oliveira afirmou que os pedidos por intervenção militar "para pôr o país em ordem" aumentaram durante o processo de *impeachment* da ex-presidente da República, Dilma Rousseff. Para Oliveira, a crise no Brasil traz a tese de que soluções pelo sistema democrático são impossíveis, ressoando a questão da intervenção militar. O cientista político lembrou o episódio em que um general da ativa do Exército, em Brasília, postulou a possibilidade de intervenção, colocando em descrédito o constante comprometimento de seu comandante com a democracia. Segundo Oliveira, “dado que o general não sofreu represálias, cabe a indagação sobre a reação à quebra da disciplina em desrespeito à linha de autoridade. A intervenção militar das Forças Armadas, segundo Oliveira, é inconstitucional e "politicamente desastrada". Em sua opinião, o regime militar de 1964, que visava combater a

corrupção e o comunismo, levou à concentração de poder e ao autoritarismo. Com a Constituição Federal de 1988, as Forças Armadas se destinaram à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, de modo a impedi-las de derrubar o governo e dirigir o Estado, sendo competência do Executivo o emprego das Forças Armadas. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 30/10/17)

8- Ministério da Defesa e Agência Brasileira de Inteligência atuarão contra disseminação de notícias falsas durante eleições de 2018

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) está constituindo uma força-tarefa para combater a disseminação das chamadas “fake news” (“notícias falsas”, em português) durante as eleições de 2018, contando com a participação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e do Ministério da Defesa. Segundo o ministro da Defesa, Raul Jungmann, a participação da pasta deve ocorrer por meio do Centro de Defesa Cibernética do Exército, objetivando evitar o impacto negativo de mentiras nas eleições. Ao jornal, Jungmann afirmou que “é da maior importância essa questão dos crimes cibernéticos relativos a eleição e resultados eleitorais”. O TSE deverá divulgar um texto-base com as propostas até o final do mês de novembro. (O Estado de S. Paulo – Política – 31/10/17)

9- Forças Armadas atingiram o topo do Índice de Confiança na Justiça

Segundo o *Correio Braziliense*, foram divulgados os resultados da pesquisa do Índice de Confiança na Justiça (ICJBrasil), realizado pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, que analisa a confiança dos brasileiros em suas instituições. As Forças Armadas ocuparam o primeiro lugar nas pesquisas, demonstrando a confiança nelas despositada pela população brasileira. As igrejas e as mídias sociais ocuparam o segundo e terceiro lugar, respectivamente. (Correio Braziliense – Opinião – 01/11/17)

10- Ministério da Defesa afirmou que o satélite SGDC está sendo testado

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que possuiu uma banda para telecomunicações e a banda X para a utilização das Forças Armadas, não encontrou nenhuma oferta no leilão realizado no dia 31/10/17. O satélite foi adquirido a partir de um consórcio entre a Embraer e a Telebras, sendo parte do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), que tinha como objetivo fornecer internet para todo o país. O Ministério da Defesa ressaltou que o uso do SGDC encontra-se nas fases de teste e que “tão logo esses testes sejam concluídos, se dará início à plena utilização da banda X”. (Folha de S. Paulo – TEC – 01/11/17)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br
Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); David Succi Júnior (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Guilherme Coscrato Rasquini (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isabella Anselmo Raymundo (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Matheus Bittencourt de Amorim (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Rafaela Schuindt Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Sophia Teixeira e Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).